



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para o Grupo Sinos (Jornal NH, Jornal VS, Diário de Canoas), do Rio Grande do Sul  
Publicada em 18 de setembro de 2009**

**Jornalista:** A construção da BR-448, a chamada Rodovia do Parque, é apontada como uma das obras viárias mais importantes do Rio Grande do Sul. O senhor mesmo deve se deslocar ao Estado para a solenidade de assinatura de contrato, o que reforça ainda mais a importância. Diante disso, quais garantias o Governo Federal pode dar de que essa obra não sofrerá atrasos nem perderá recursos, sendo concluída mesmo em um prazo de dois anos? E que outros importantes projetos nesta área o governo federal está concluindo e prevendo para a nossa região?

**Presidente:** Nesta sexta-feira, estou aqui no Rio Grande do Sul para, entre outras atividades, determinar o início das obras da BR-448, também chamada de Rodovia do Parque. De fato, esta estrada é importantíssima, sobretudo para reduzir o número de acidentes, desafogar o tráfego e melhorar o fluxo de transportes da região metropolitana de Porto Alegre. Com 22,8 km de extensão, vai funcionar como alternativa à BR-116/RS, que hoje em dia tem um tráfego muito intenso, com uma média de 130 mil veículos por dia. O término da obra está previsto para dezembro de 2011. O fato de fazer parte do PAC garante ao investimento prioridade em relação aos outros. A ausência de entraves para a liberação de recursos orçamentários e o acompanhamento permanente das várias fases do empreendimento visam garantir o cumprimento dos prazos. Estamos com diversos empreendimentos relacionados com transportes no Rio Grande do Sul. Vou citar apenas alguns deles, já com obras em execução: duplicação da BR-101, no trecho da divisa com Santa Catarina até Osório, no valor de R\$ 500 milhões; duplicação da BR-



116 no subtrecho Estância Velha-Dois Irmãos-Rio Gravataí, de R\$ 170 milhões; no Porto de Rio Grande, dragagem de aprofundamento do canal de acesso, de R\$ 160 milhões; e ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande, R\$ 445,4 milhões. O PAC no Rio Grande do Sul prevê investimentos totais em infraestrutura de R\$ 33,8 bilhões, que estão gerando empregos, renda, crescimento econômico e dotando o estado dos alicerces para um período duradouro e sustentável de desenvolvimento.

**Jornalista:** Os calçadistas brasileiros há muito vêm pedindo proteção contra a importação de calçados chineses. A Europa já aplica tarifa de cerca de 16% para impedir a entrada desses produtos, evitando a concorrência desleal. O Brasil, apesar de ter na China seu maior parceiro comercial, vai impor taxas para a entrada de calçados no país? Quando isso será anunciado, já que há informações de que a Camex aprovou o relatório de processo antidumping feito pela Abicalçados?

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) baixou uma resolução, em vigor desde o dia 8 de setembro, que responde à concorrência desleal dos calçados chineses. Uma sobretaxa de US\$ 12,47 começou a ser aplicada a cada par de calçados por até seis meses, ou seja, trata-se de uma ação provisória. A medida vale para todos os tipos de calçados, à exceção de sandálias praianas e dos utilizados em alguns esportes. Durante os seis meses da medida, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) vai analisar se será necessário aplicar uma tarifa antidumping – permanente – sobre a importação de calçados chineses. A investigação da prática de dumping respeita todas as regras da Organização Mundial do Comércio e foi aberta pelo MDIC em dezembro do ano passado, atendendo solicitação da Associação Brasileira de Calçados. A China é hoje um grande parceiro comercial do Brasil, o maior comprador dos nossos produtos, mas isso não impede que a gente adote providências contra eventual concorrência desleal.



**Jornalista:** A indústria calçadista nacional vira e mexe tem problemas com as exportações devido ao câmbio (a valorização do real encarece os sapatos no exterior e dificulta formação de preços). Mas como mudar a política cambial parece estar fora de cogitação, uma ajuda bem-vinda à competitividade do setor seria a desoneração dos encargos da folha de pagamentos. Se o governo conseguiu reduzir esses encargos para as empresas exportadoras de TI (de 20% para 10% as contribuições ao INSS), por que não faz o mesmo para a cadeia calçadista, que é intensiva de mão-de-obra? O que o setor pode esperar nesta linha?

**Presidente:** A desoneração dos encargos da folha salarial foi discutida durante a elaboração da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em maio do ano passado e que incentiva a inovação, a competitividade, o empreendedorismo e a expansão das exportações. Naquela ocasião, por falta de consenso em relação à possibilidade de ganhos reais, a medida foi aplicada apenas à indústria da Tecnologia de Informação (TI). Na ocasião, entendeu-se que a ampliação da medida para outros setores poderia acarretar uma perda importante de receita para os cofres da União. Mas de maneira nenhuma o assunto está descartado. A desoneração continua sendo discutida pela equipe econômica, sob a coordenação do Ministério da Fazenda. E o governo, através do BNDES, está beneficiando setores intensivos em mão-de-obra, como o moveleiro, calçadista e o de confecções, desde 2007, com linhas especiais de financiamento a capital de giro, investimento e exportação, para empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões anuais. O programa, chamado Revitaliza, tem taxas de juros fixas e que estão entre as mais baixas praticadas pelo Banco.



**Jornalista:** O governo federal acudiu os empresários ao criar linhas de crédito, mas em nenhuma delas conseguiu atender plenamente o setor produtivo. Ou a taxa de juros é alta, ou o prazo de pagamento é curto, ou a garantia real para conseguir o empréstimo é surreal. O governo terá condições de ofertar uma linha de capital de giro, a juros de 5% ao ano e com prazo de 10 anos de pagamento?

**Presidente:** Nós estamos muito tranquilos em relação a essa questão, já que temos tomado todas as medidas possíveis para facilitar o acesso ao crédito. Garantimos ao BNDES R\$ 100 bilhões a mais para empréstimos e, por meio do BNDES e do Banco do Brasil, fizemos um aporte de R\$ 4 bilhões para cobrir até 80% das operações das micro, pequenas e médias empresas. A taxa Selic, que na década passada chegou a 45%, está hoje em apenas 8,75% ao ano. É, disparado, a menor taxa desde a criação da Selic, em 1986. E estamos reduzindo as taxas dos bancos públicos para dar o exemplo e forçar uma competição saudável em favor de crédito barato. O BNDES já tem algumas linhas de financiamento abaixo de 5%. É o caso dos financiamentos para aquisição ou exportação de bens de capital, cuja taxa foi reduzida de 10,25% em média para 4,5%, fixa, ao ano. Em relação à linha de crédito para capital de giro, o BNDES tem há dois anos o Revitaliza, que citei na resposta anterior. O Revitaliza Capital de Giro é uma linha de financiamento em que os juros, para quem é pontual, são de 6,8% ao ano, muitíssimo abaixo dos praticados pelo mercado. O Revitaliza Investimento tem taxa ainda menor, de 5,6% ao ano para quem paga em dia e o prazo do financiamento é de até 8 anos com até 3 anos de carência. Todas essas linhas de financiamento e as demais medidas que tomamos em relação ao crédito, foram importantíssimas para deixarmos a crise para trás. Nas últimas reuniões do Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), representantes do empresariado afirmaram que todos os setores da economia estão apresentando fortes sinais de recuperação.



**Jornalista:** Nossa região ainda sofre, como acontece em grande parte do País, com a falta de moradias adequadas para as classes menos favorecidas. Há previsão de mais investimentos na região, dentro dos programas habitacionais do governo federal, em especial o Minha Casa, Minha Vida? O que a comunidade, o cidadão comum, pode fazer para reivindicá-los?

**Presidente:** Para estabelecer metas, nós fizemos a análise do déficit habitacional de toda a Região Metropolitana de Porto Alegre, da qual o Vale dos Sinos é parte integrante. De acordo com os cálculos, a Região Metropolitana está autorizada a contratar a construção de 14.733 unidades habitacionais, que devem ser distribuídas aos seus municípios, incluindo os do Vale dos Sinos. A contratação acima desse limite depende de análise do Ministério das Cidades. Lembro que esse limite diz respeito apenas às unidades habitacionais destinadas ao público de até três salários mínimos, não havendo essa limitação para o público de três a dez salários mínimos. Os candidatos a beneficiários na faixa de até três salários mínimos devem procurar a prefeitura da sua cidade ou ligar para o 0800 7260101, da Caixa Econômica Federal, e manifestarem o interesse por um imóvel do programa Minha Casa, Minha Vida, que prevê a construção de 1 milhão de moradias em todo o País, sendo 51.795 no estado do Rio Grande do Sul. Essa manifestação não garante o benefício, mas permite avaliar se o proponente se encaixa nos critérios adotados pelo programa. Para o público de três a dez salários mínimos, basta escolher o imóvel disponível no mercado ou procurar construtoras e participantes do programa e realizar o financiamento diretamente com a construtora ou nas agências da Caixa. A comunidade deve, juntamente com seus representantes, buscar incentivos como doação de terreno, isenção de impostos pelas prefeituras e atuar diretamente com as construtoras e as



prefeituras para que possa ser agraciada com as unidades que a região metropolitana for realizar.

(\$31DHKL)